



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Proposta de Lei n.º 26/XVI/1.ª

Aprova o Orçamento do Estado para 2025

Eliminação das portagens nas autoestradas ex-SCUT da Região Norte

Proposta de Aditamento

Título IX

Disposições complementares, finais e transitórias

Capítulo I

Políticas setoriais

Artigo 143.º-A

Eliminação das portagens nas autoestradas ex-SCUT da Região Norte

- 1- A partir de 1 de abril de 2025 não são devidas taxas de portagens aos utilizadores de todos os lanços e sublanços das seguintes autoestradas:
 - a) A28, Autoestrada do Norte Litoral, entre Angeiras e Darque;
 - b) A29, Autoestrada da Costa de Prata;
 - c) A41, Circular Regional Exterior do Porto;
 - d) A42, Autoestrada do Grande Porto.

- 2- Na defesa do interesse público, o Governo procede à reversão para a gestão pública da infraestrutura rodoviária referida no número anterior, passando a mesma a ser assumida pela IP- Infraestruturas de Portugal, S.A., sendo definido por diploma legal o montante e as condições de pagamento de eventual contrapartida a que haja lugar pelo cumprimento do disposto na presente lei.

Assembleia da República, 12 de novembro de 2024

Os Deputados,

Paula Santos, António Filipe, Alfredo Maia

Nota Justificativa:

A Lei n.º 37/2024, de 7 de agosto, veio eliminar as taxas de portagem nos lanços e sublanços de algumas autoestradas. O PCP votou a favor dessa lei porque, desde a primeira hora, sempre se opôs à cobrança de portagens que foram impostas e mantidas pelos governos PSD/CDS e PS e colocou-se do lado das populações que desde o primeiro momento se manifestaram contra esta injusta decisão. As reduções que já se conseguiram impor no valor das portagens são inseparáveis da luta das populações e da ação do PCP – que defende que estas vias, por serem fundamentais para o desenvolvimento regional, por não terem alternativa viável e por imperativo de justiça social não devem ser portajadas.

No entanto, o PCP propôs ainda que fossem eliminadas as portagens em todas as autoestradas ex-SCUT. Tal proposta do PCP teve o voto contra do PS, PSD e CDS, que discriminaram e penalizaram as populações de vastas regiões do país. A presente proposta do PCP visa corrigir essa injustiça e incluir todas as ex-SCUT na eliminação de portagens, como há tantos anos os utentes vêm exigindo.

Esta proposta do PCP é inseparável da proposta, que também apresentamos neste processo, de extinguir as parcerias público-privadas, negócio ruinoso que não pode continuar a penalizar o Estado como tem feito até agora.